

COMUNICAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM PROCESSOS DE ENSINO– APRENDIZAGEM DE JOVENS E ADULTOS PERTENCENTES AO MEIO RURAL

POLIANA BRUNO ZUIN (UNIVERSIDADE ESTADUAL JÚLIO DE MESQUITA FILHO).

Resumo

O presente trabalho traz dados obtidos por meio de pesquisa realizada em processos de capacitação de jovens e adultos que atuam no meio rural. Para tanto, os objetivos foram identificar e analisar como ocorre a comunicação entre educadores e educandos, a fim de propor melhorias para a relação educativa visando a aprendizagem e a construção de conhecimentos técnicos e gerenciais da produção rural. O referencial teórico que norteou a pesquisa foram autores de distintas áreas do conhecimento como pedagogia, psicologia e lingüística, cujos principais representantes são: Paulo Freire, Vygotsky e Bakhtin. O desenvolvimento do trabalho empírico ocorreu no vale dos Vinhedos no Rio Grande do Sul com pequenos agricultores que produzem alimentos tradicionais, como: vinho, queijo, compotas e embutidos. Os dados destacam a importância do diálogo entre pares. A parceria entre comunidade, educador e educandos é a ponte para a construção de conhecimentos. Isso implica em igualdade entre educador e educando sem o autoritarismo daquele que pressupõe que sabe mais, como tem ocorrido na extensão rural tecnicista e difusionista. Saber comunicar-se implica ao educador saber ouvir e falar, adequando a linguagem aos seus usos e formas, ao contexto e a interação social que estabelece com a comunidade e seus educandos.

Palavras-chave:

Comunicação, Capacitação, Meio Rural.

I- Introdução

Muitos são os trabalhos construídos na área de educação de jovens e adultos. Ao fazermos um estado da arte referente a essa temática, verificamos que essa ganha uma nova conotação a partir dos estudos e divulgação dos trabalhos de Paulo Freire e autores que compartilham do seu modo de compreender o processo de ensino e aprendizagem.

Em seus estudos, Paulo Freire apresenta uma compreensão do homem como constituído da cultura humana, ao mesmo tempo em que é constituído por ela. Conforme salienta, homens e mulheres, por meio da comunicação que permite a interação, foram elaborando métodos a fim de transmitir para as futuras gerações o conhecimento construído por eles no decorrer de sua história. Todavia, essa transmissão não ocorre passivamente, mas de forma ativa numa

relação dialógica. Diante disso, o autor ressaltava que o processo de ensino e aprendizagem deveria ser voltado para uma prática que teria como base o diálogo entre pares, pois homens e mulheres, educadores e educandos, possuíam e possuem, conhecimentos advindos da cultura na qual estão inseridos e que foram passadas de geração em geração. O respeito pelo outro e os conhecimentos que cada cidadão ou cidadã construiu no decorrer de sua existência deveriam ser considerados pelo educador.

Por meio dessas palavras, os conceitos de Paulo Freire extrapolaram o ambiente da sala de aula dos processos educativos formais, da mesma forma que o levou ao exílio, pois como se sabe, o ato de ensinar é antes um ato político que implica ideologias que nem sempre convergem ao sistema e partido político que está no governo. Exilado, o autor pôde escrever inúmeras obras que trouxeram contribuições valiosas aos processos de ensino-aprendizagem da extensão rural.

Mesmo Paulo Freire tendo evidenciado, há algumas décadas, que a prática educativa utilizada por educadores estava fundamentada em uma "educação bancária", suas palavras continuam atuais, pois pesquisas evidenciam o quanto é difícil mudanças efetivas na maneira de se conduzir o processo de ensino e aprendizagem. Dados demonstram o quanto os professores estão arraigados à forma tradicional de ensino, cuja prática autoritária é centrada no trabalho do professor, sendo esse o transmissor dos conhecimentos historicamente produzidos.

Quando pensamos na teoria de Paulo Freire e a sua concepção de ensino-aprendizagem, não podemos nos esquecer de outros importantes teóricos, de distintas áreas do conhecimento, que contribuíram com suas particularidades e convergências a fim de mudar as ações que ocorrem nas nossas salas de aulas. Poderíamos

destacar alguns nomes, como Vygotsky do campo da Psicologia e Bakhtin do campo da Linguística, entre muitos outros. A referência ao trabalho desses autores se deve à compreensão de como as pessoas vão se constituindo nas relações sociais por meio da linguagem, compreendida como comunicação. Essa premissa nos faz refletir sobre mudanças nos processos de ensino-aprendizagem mediante a comunicação, também nas relações do meio rural.

Desta forma, a presente pesquisa teve como objetivo analisar as práticas dos extensionistas rurais, relativas à comunicação, nos processos de capacitação de agricultores da região do Vale dos Vinhedos. Esse estudo visa fazer uma reflexão sobre as práticas dos extensionistas rurais a fim de se pensar em uma metodologia cunhada na parceria e no diálogo para esse processo de ensino-aprendizagem.

II - Referencial Teórico

2.1. Paulo Freire, Vygostky e Bakhtin: um diálogo possível a fim de se pensar as práticas de ensino e aprendizagem no meio rural.

Para Paulo Freire, Vygotsky e Bakhtin, autores respectivamente renomados na área da Educação, Psicologia e Linguística, concebem que a comunicação entre os homens possui a função precípua de interação. A fim de interagir, os homens foram criando um sistema sógnico e simbólico que os permitiria comunicar e falar sobre objetos, pessoas e situações que não estavam presentes. Criaram assim as palavras que encerram em si significados socialmente construídos. Conforme Vygotsky (2001), os significados são conceitos generalizados que permitem ao homem compreender o outro. Todavia, dizer que as palavras encerram em si apenas significados, que possibilitam a codificação e decodificação nos processos

comunicativos, é desconsiderar o indivíduo como sujeito ativo das relações sociais, que ao mesmo tempo que constrói a história é constituído por ela. Isso implica pensarmos no homem como um sujeito ativo, que produz conhecimentos a partir das experiências e vivências que possui. Um homem que possui uma leitura de mundo que antecede a leitura da palavra. Um indivíduo que produz sentidos à cada palavra enunciada.

A compreensão do papel ativo do sujeito nos leva ao encontro do pensamento dos autores citados acima. Durante muito tempo os educadores compreenderam o indivíduo como “objeto” passivo que somente assimilava a realidade exterior. Foi sob essa ótica que foram alicerçadas as práticas da “educação bancária” tal como bem salientou Freire. A comunicação, meio pelo qual eram transmitidos os conteúdos, também se fazia por meio de uma prática autoritária, cujo educador, aquele que sabia, era o emissor. Nesse processo a comunicação se dava de A para B numa relação vertical e hierárquica entre emissor-mensagem-receptor. Os educandos, entendidos como passivos, apenas deveriam assimilar a mensagem “codificando e decodificando” os significados das palavras atribuídas pelo emissor.

Felizmente, os autores supracitados trouxeram uma nova compreensão de homem, mundo e linguagem, modificando a forma de se compreender também o processo de ensino-aprendizagem. A concepção tecida por eles entende o homem como um ser em constante transformação, um sujeito que ao mesmo tempo em que se apropria de significados construídos historicamente, os produz; um ser que possui uma leitura de mundo, que estabelece sentidos múltiplos e, por isso, cria sentidos. Tendo essa compreensão da relação do homem com o mundo e a consciência do que a linguagem representa, as práticas de ensino-aprendizagem em qualquer âmbito educativo deve ser transformada de maneira que leve a efetiva aprendizagem.

Ainda que na década de 80 essas discussões foram trazidas no âmbito dos processos de ensino de educação formal e informal, mudanças efetivas no meio rural pouco ocorreram. Quase 30 anos depois e a discussão toma uma nova conotação. O sentido do diálogo como meio de compreensão e forma de interação reaparece com força e se afirma como condição necessária para a relação de ensino-aprendizagem. Se na década de 80 o diálogo tinha como pressuposto estabelecer uma condição de igualdade entre os interlocutores, a fim de discutir e conscientizar criticamente a respeito da realidade ao qual estavam inseridos, nos anos 2008/2009 sua conotação se afirma para o estabelecimento de sentidos, uma vez que as informações ganharam um ritmo desenfreado e a assimilação de informações fez com que se tornasse cada vez mais dispare os sentidos entre os interlocutores. Assim sendo, a necessidade de se entender o contexto do enunciado e, por sua vez, dos educandos, torna-se premente.

Toda enunciação que se efetiva por meio de um processo dialógico está inserida em um contexto específico que é partilhado pelo locutor e interlocutor; no caso dos processos educativos do meio rural, extensionista-educador e agricultor-educando. Nesse processo comunicativo e dialógico, há um movimento dialético entre os significados das palavras e os sentidos que os interlocutores atribuem a elas. Torna-se necessário para a compreensão da enunciação o estabelecimento de sentidos pelos interlocutores. Somente assim, é possível um entendimento entre eles.

Isso colocado, pensar as práticas de ensino do homem do campo no atual contexto requer um entendimento do que é comunicar, para que comunicar e por que se comunicar.

2.2. Comunicação: construindo sentidos para as práticas de extensão no meio rural .

Paulo Freire em sua obra *Extensão ou Comunicação?* relata que a palavra "extensão" não seria a mais adequada para ser empregada durante os processos educativos, pois esse termo remete a uma concepção de relação humana que não se constitui entre sujeito e sujeito, mas sim entre sujeito e objeto. Mas como seria essa relação? O extensionista enquanto sujeito ativo (aquele que estende) despeja conteúdos informativos no agricultor (objeto) como se ele fosse um recipiente, dado a sua condição passiva. Freire salienta ainda que a palavra "extensão" carrega em si outros significados como: manipulação, mecanicismo, invasão cultural, entre outros. Por isso concordamos com Freire que a palavra mais adequada para significar a prática educativa e a relação existente entre extensionista-educador e agricultor é "comunicação".

Nesse sentido, é sob um novo prisma que buscamos compreender a relação educativa que se estabelece entre extensionista-educador junto aos agricultores, durante os processos de capacitação técnica e gerencial. Para tanto, faz-se mister compreender como ocorre a construção do conhecimento a fim de auxiliar o processo de ensino-aprendizagem nessa área específica. As contribuições do referencial teórico-metodológico formulado por Freire, bem como os conhecimentos historicamente construídos por autores de distintas áreas que compartilham da mesma concepção de homem, de mundo e de linguagem, vêm nos auxiliar a pensar uma prática comunicativa de A junto e com B, e não mais de A para B, tal como tem sido estabelecida.

Dessa maneira, a comunicação que se estabelece por meio da prática dialógica (principalmente por meio de diálogos problematizadores) é condição primordial da prática educativa que se estabelece entre os EEs (extensionistas-educadores), agricultores e comunidade. Somente pelo enfrentamento de idéias propiciado pelo diálogo é possível a construção do conhecimento. Quando esse grupo de pessoas senta em uma mesa para dialogar, tendo em vista a construção de uma nova realidade, imediatamente já se forma o embate, pois cada indivíduo e/ou grupo traz consigo um conjunto de interesses que, muitas vezes, são conflitantes entre eles.

Portanto, a missão do EE (extensionista-educador) é a de construir em conjunto com o homem do campo - *A junto e com B* - um ambiente que seja socialmente e ambientalmente justo e igualitário. O diálogo, muito mais que a simples comunicação entre pares, pressupõe uma maneira de se compreender e conceber o homem e a sua relação com o mundo.

Em nosso entendimento o homem se constitui na sua relação com o mundo (estando aqui os valores, os objetos, conceitos, enfim a cultura construída por eles próprios) e com outros homens. Essa maneira de se compreender como as pessoas se educam e se formam, nos leva a uma importante temática, que é a questão da comunicação que se afirma por meio da linguagem.

A linguagem enquanto interação em suas diferentes formas de comunicação (gestual, oralizada ou escrita) é responsável pela interação de uma pessoa com outra. A fim de se comunicar com o outro, nossos antepassados criaram sistemas sígnicos para que fossem compreendidos. Da linguagem gestual e oralizada, originou-se a linguagem escrita, cujo objetivo era auxiliar a memória enquanto história cultural de um determinado grupo.

Diante do exposto os signos[1] construídos por um determinado grupo social passaram a carregar significados comuns a àquele grupo. Todavia, ainda que fossem transmitidos às futuras gerações os significados atribuídos aos signos, esses já não eram os mesmos, pois o contexto havia se transformado, assim como os indivíduos já não eram mais os mesmos. Esse fato levou a humanidade a um dos grandes problemas que ocorrem nas interações: a não comunicação ainda que os indivíduos falem a mesma língua.

Intrínseco ao signo, além do significado construído socialmente, encontra-se também o sentido. O sentido que atribuímos a cada

palavra comunicada nos remete à experiências vivenciadas, experienciadas, lugares e sentimentos. Dado a esse fato, o sentido é sempre pessoal. (LEONTIEV, 1978). E é nesse fato que se encontra um dos grandes problemas da não-comunicação. Cada informação que nossos educandos recebem ou se apropriam são mediatizadas pelo conhecimento construído no decorrer de sua existência. Por isso, o sentido pessoal que o educando estabelece com as informações, isto é, com os significados, são fundamentais para a compreensão e construção do conhecimento. Comunicar-se a fim de se fazer entendível só se efetiva por meio de uma prática dialógica em que se fala JUNTO e COM em busca da significação para ambos interlocutores.

Nesse sentido, a construção do conhecimento se dá principalmente mediante a comunicação entre pares. A parceria pressupõe uma relação não hierarquizada, sempre construída por meio de um diálogo problematizador. Problematizador porque deve levar à reflexão crítica da realidade, pois a construção do conhecimento, e o próprio diálogo, como elucida alguns autores[2], ocorre principalmente por meio do dissenso, no confronto, na argumentação e contra-argumentação. O confronto permite a construção do conhecimento. Mas o que caracteriza o diálogo?

O diálogo necessita da presença do interlocutor no contexto e tempo presente da sua enunciação[3]. Ele se configura como a enunciação proferida pelo locutor e a réplica do interlocutor, e assim, simultaneamente, argumentando e contra-argumentando. Para que ocorra um diálogo é ainda necessário que o interlocutor conheça a temática da fala do locutor. Poderíamos dizer que o texto escrito seria uma forma de diálogo? Não, pois ainda que o autor pressuponha um leitor para seu texto, e o leitor busque conversar com o autor em seu pensamento, ambos não compartilham do contexto temporal da

enunciação e assim, nesse caso, temos um monólogo e não, um diálogo.

Ler um jornal, buscar um texto científico na *internet* ou em um livro é apenas um ato de absorver a informação. Ato esses importantes, mas que sozinhos não produzem o conhecimento. A fim de que o conhecimento seja gerado é necessário o diálogo com o outro. É necessário que se exprima diferentes pontos de vistas, que se troque experiências e vivências. À medida que o diálogo se efetiva, cria-se a afetividade. A afetividade numa relação dialógica entre pares, não está necessariamente ligada ao sentimento, mas ao poder de uma enunciação afetar o outro. Quando uma pessoa é afetada por seu par ela começa a refletir sobre suas experiências, se distanciar de suas ações e pensar sobre elas.

O fato dos homens e mulheres começarem a pensar a prática e refletir sobre ela, é o primeiro passo para que mudanças efetivas em sua realidade realmente se efetivem. Freire dizia que pensar a prática e refletir sobre ela nos levaria à práxis, que nada mais é senão esse pensar e refletir sobre a prática seguido de transformação.

A parceria estabelecida por meio da dialogia torna-se um instrumento metodológico essencial aos processos de ensino-aprendizagem do homem do campo, pois permite que ambos possam planejar formas de intervenção na realidade que os cerca. Entretanto, conforme explicitado anteriormente, é necessário que haja significação entre os interlocutores a fim de que se possa haver compreensão. É necessário estabelecer um diálogo com o agricultor a fim de compreendê-lo na sua existência, e não como um sujeito a parte de seu trabalho, de sua propriedade, afinal ele, enquanto homem e sujeito ativo, é o principal agente de transformação.

III - Objetivos da Pesquisa

Para a realização dessa pesquisa buscamos:

- identificar o processo de comunicação dos extensionistas-rurais com os agricultores, sob a ótica dos agricultores;
- analisar as produções de sentidos e significados a respeito das práticas dos extensionistas a partir da leitura de mundo dos agricultores;
- estabelecer uma metodologia de trabalho a partir do que dizem os agricultores.

IV - Metodologia da Pesquisa

A fim de que fosse possível contemplar os objetivos da pesquisa aqui relatada foi realizado um estudo com 8 agricultores rurais localizados na região do Vale dos Vinhedos no Rio Grande do Sul. A escolha por esse local se deveu à realização de uma pesquisa que se encontra em andamento. Para tanto, foram realizados encontros nas propriedades desses agricultores a fim de diagnosticar como ocorre o processo de comunicação entre extensionistas e agricultores a partir da leitura desses agricultores.

No que se refere aos objetivos traçados, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com agricultores, a fim de se compreender o processo de extensão rural a partir da ótica desses sujeitos. As questões semi-estruturadas se pautaram sobre os seguintes conteúdos: a) atividade da extensão rural; b) relação com os extensionistas; c) comunicação com os extensionistas; d) forma de trabalho com os extensionistas; e) relação entre os extensionistas e a comunidade de agricultores; f) conteúdos ensinados pelos extensionistas; g) aprendizagens práticas oriundas das atividades de extensão.

Para tanto, os dados foram coletados e analisados sob a luz dos conceitos dos referenciais de Paulo Freire, Vygostky e Bakhtin. Os

dados foram categorizados a partir das enunciações dos sujeitos, sendo essas categorias relacionadas aos conceitos trabalhados pelos autores. A análise se deu qualitativamente, onde procurou-se elaborar uma metodologia de trabalho para os extensionistas-educadores atuarem junto e com os agricultores.

V- Dados e sua análise

A partir das entrevistas semi-estruturadas, os dados foram categorizados sob a luz dos conceitos dos autores utilizados como referencial teórico norteador. Para tanto, foi realizada uma análise da enunciação em que se procurou verificar ocorrências e contradições nas falas dos sujeitos de forma a se pensar em uma metodologia para as atividades dos extensionistas-rurais junto e com os agricultores.

Uma das categorias analisadas recorrente nas enunciações dos agricultores se referiu ao conceito trabalhado por Freire de ***invasão cultural***. O termo invasão cultural se refere às práticas dos extensionistas que desconsideram, na maioria das vezes, as experiências e valores dos agricultores, conforme salienta, Maria: *“filhos, eu possuo conhecimentos que meus pais e avós passaram. Eu aprendi na lavoura, junto com o pai e a mãe que aprenderam com o vô.”* Essa frase pode ser complementada com esta: *“eles vêm aqui e ensinam fazer de outro jeito... mas como, se fiz assim a vida inteira”*.

Não é diferente com João: *“dias desse vieram aqui dizer que tinha que reformar esse quarto caso quisesse fazer nossos embutidos. Precisamos mudar tudo. Gastamos muito dinheiro nessa sala. Toda semana eles vêm aqui olhar”. “É ruim isso, porque nós sempre fizemos de um jeito, aprendemos com os nossos pais, né? Agora tem que mudar. Os filhos até que consegue, mas a gente não”*.

Essas falas nos mostram o quanto a comunicação continua sendo realizada de forma autoritária. Percebemos que não houve diálogo entre extensionistas e agricultores. Que aqueles desconsideraram os sentidos e experiências dos agricultores, seres quase sempre oprimidos nesse processo.

Outro categoria analisada foi a **parceria** entre extensionistas e agricultores. Conforme os relatos desses, não há um diagnóstico-participativo por parte dos extensionistas com a comunidade. O que ocorre, segundo Luís: *“eles se apresentam, fala que vai ajudar. Nós falamos o que gostaríamos de mudar, melhorar... mas eles não ouvem, não. Falam da forma como eles acham. Às vezes eu não entendo. Parece outra língua... as palavras que eu não entendo...”*. A parceria é fundamental a fim de se estabelecer um verdadeiro diálogo entre os partícipes do processo, é o que permite o entendimento entre eles do mundo; por essa razão, o diagnóstico participativo é condição imperante para o sucesso da comunicação e, conseqüentemente, da capacitação. O diagnóstico permite ainda, compreender os sentidos dados pelos produtores ao mundo, às palavras, pois como se sabe a aprendizagem só ocorre se houver significação. A parceria entre extensionista e agricultor é fundamental durante todo o processo, o que podemos perceber ainda, conforme a enunciação de José, é que muitos extensionistas os abandonam tão logo eles conseguem inserir os seus produtos no mercado, vejamos: *“agora que eu entrei no mercado da cidade, os extensionistas não vêm mais aqui, falam que eu já estou rico e que outros precisam de mais ajuda do que eu”*. Essa enunciação permite-nos verificar que a ausência da parceria faz com que muitos produtores não consigam se manter no mercado, uma vez que depois de inseridos os seus produtos são abandonados pelos extensionistas. Conforme salienta Zuin e Alliprandini (2006), quando o produtor consegue inserir os seus produtos no mercado, começa-se um novo processo, ou seja, o

de mantê-lo. Para tanto, alguns conhecimentos são fundamentais e se não houver uma parceria, o produtor corre o risco de perder tudo aquilo que construiu desde o início do processo.

VI - Considerações Finais

Historicamente, no meio rural, pode-se observar que o conhecimento amadurece e evolui, sendo aplicado a uma realidade, sempre por meio do diálogo entre os pares, sempre no contexto "A JUNTO e COM B". Somente no processo interativo e dialógico com o outro que o conhecimento é engendrado, construído e reelaborado. *"Eu não existo sem o outro, não há sentido a minha palavra sem a palavra alheia"*. Diante do exposto, podemos indagar que não é possível a construção do conhecimento de maneira individual sem a presença do outro.

O contato dos agricultores com um conjunto de informações (ou dados) preparatórias (fundamental para o início do processo de geração do conhecimento) deve ocorrer por meio de um contato pessoal e presencial entre os pares, condição essencial para a construção do conhecimento de qualidade. Assim, o processo de capacitação deve ser dialogado e orientado por meio de um processo de mediação intencional e presencial, a fim de que essas informações passem a se constituir em conhecimentos. Ensinar algo a alguém é uma das bases empregadas no processo de educar. Já educar é a principal ação que os pares realizam, de forma presencial e física, durante o processo de ensino-aprendizagem com o objetivo de gerar e maturar o conhecimento. O conhecimento gerado durante essa relação é que irá capacitar tanto o extensionista-educador como o agricultor em um novo processo produtivo. Portanto, a capacitação significa educar, isto é, empregar um processo de ensino e aprendizado que visa emergir dos educandos os conhecimentos apropriados para que se inicie o movimento contínuo de reflexão,

transformação e construção de uma nova realidade. É a partir do diálogo JUNTO e COM o outro que nos apropriamos do que foi culturalmente produzido, onde é possível a reflexão sobre o que foi dito, iniciando o processo de construção do conhecimento. Assim, a comunicação presencial entre pares assume um papel fundamental nos processos de ensino-aprendizagem do conhecimento.

VII - Referências Bibliográficas

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia** - Saberes Necessário à Prática Educativa. 19 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983- 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 46 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006 b.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a Liberdade**, 12 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007 a.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. 30 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2007 b.

FRIEDRICH, O. A. **Comunicação rural: proposição crítica de uma nova concepção**. 2 ed. Brasília: Embrater, p. 60, 1988.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Política nacional de assistência técnica e Extensão rural**. Brasília, 2004.

VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas**. Madri: Visor, Tomo II, 1993.

VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas**. Madri: Visor, Tomo III, 1995.

ZUIN, L.F.S.; ALLIPRANDINI, D.H. Gestão da inovação na produção agropecuária (GIPA). In: ZUIN, L.F.S.; QUEIROS, T.R. (Org.).

Agronegócios: gestão e inovação. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2006, v.1, p. 252-278.

[1] Para nós o signo é compreendido como qualquer coisa produzida pelo homem e que possuem significados que são comuns a um grupo de pessoas; os signos ainda carregam em si valores, portanto, ideologia.

[2] Yves Clot (2006), Bakhtin (2003) e Paulo Freire (2001)

[3] Vygotsky (1993)